

ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 27-4-2022.

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se, de forma presencial, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cintia Rockenbach, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Fernanda Barth, Giovane Byl, Karen Santos, Luiggi Bertaco, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Pablo Melo e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 034/21, de autoria de Leonel Radde (Processo nº 0817/21); o Projeto de Lei do Legislativo nº 505/21, de autoria de Claudio Janta (Processo nº 1152/21); o Projeto de Lei do Legislativo nº 513/21, de autoria de Pedro Ruas (Processo nº 1164/21); o Projeto de Lei do Legislativo nº 614/21, de autoria de Comandante Nádia (Processo nº 1352/21); e o Projeto de Lei do Legislativo nº 017/22, de autoria de Jessé Sangalli (Processo nº 0036/22). Foi apregoado o Processo SEI nº 036.00051/2022-20, por meio do qual é autorizada representação externa de Moisés Barboza, nos dias vinte e seis a vinte e nove de abril do corrente, na XXI Marcha dos Legislativos Municipais, promovida pela União dos Vereadores do Brasil, em Brasília - DF. A seguir, foi apregoado o Processo SEI nº 217.00021/2022-02, de autoria de Matheus Gomes, informando, nos termos do artigo 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que participou, nos dias sete e oito de abril do corrente, às quinze horas, de Encontro com o Relator Especial da Organização das Nações Unidas - ONU - sobre o tema "Luta Antirracista e o Impacto do Racismo na Restrição da Liberdade de Associação e Reunião", em São Paulo - SP. Também, foi apregoado o Processo SEI nº 025.00032/2022-122, de autoria de Comandante Nádia, informando, nos termos do artigo 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que participaria, nos dias vinte e cinco a vinte e oito de abril do corrente, da 23ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, em Brasília - DF. O Presidente declarou o suplente Pablo Melo empossado na vereança, em substituição ao vereador Cezar Augusto Schirmer, que se encontra em Licença para Tratamento de Saúde do dia vinte e cinco ao dia vinte e nove de abril do corrente, e informou a Sua Senhoria que integraria a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento de autoria de Márcio Bins Ely, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia vinte e sete ao dia vinte e nove de abril do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, após a entrega de seu diploma e de sua declaração pública de bens, bem como a indicação de seu nome

parlamentar e a prestação do compromisso legal, o suplente Luigi Bertaco, informando-o que integraria a Comissão de Constituição e Justiça. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por João Bosco Granato Vaz, suplente, informando seu impedimento em assumir a vereança durante toda a Décima Oitava Legislatura. Também, foi apregoada declaração firmada por Márcio Bins Ely, Líder da Bancada do PDT, informando o impedimento de Delegado Cleiton, Angélica Kafrouni e Professor Pedro Felice em assumir a vereança do dia vinte e sete ao dia vinte e nove de abril do corrente. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento de autoria de Roberto Robaina, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia dois ao dia quatro de maio do corrente. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, José Freitas, Cintia Rockenbach e Mari Pimentel. A seguir, Luigi Bertaco pronunciou-se nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e sete minutos às quinze horas e nove minutos. Às quinze horas e doze minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 008/22 (Processo nº 0025/22), por dezenove votos SIM e cinco ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por Roberto Robaina e Pedro Ruas, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cintia Rockenbach, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Luigi Bertaco, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal e Psicóloga Tanise Sabino e optado pela ABSTENÇÃO Aldacir Oliboni, Daiana Santos, Laura Sito, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Também, foi registrada a intenção de Ramiro Rosário em votar favoravelmente ao Requerimento nº 008/22. Em votação, foram aprovados os Requerimentos nºs 056 e 067/22 (Processos nºs 0245 e 0299/22, respectivamente). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 120/20 (Processo nº 0300/20), após ser discutido por Jonas Reis, Claudio Janta, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Aírto Ferronato, Roberto Robaina e Jonas Reis, em tempo cedido por Matheus Gomes. Durante o período de discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 120/20, em face de pronunciamento de Claudio Janta nesse período, Jonas Reis solicitou o uso do tempo especial previsto no art. 94, § 1, al. f, do Regimento, tendo a Presidente indeferido essa solicitação. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 120/20. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 120/20. Às quinze horas e cinquenta e sete minutos, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 399/21, discutido por Jonas Reis e Cassiá Carpes, o Projeto de Lei do Legislativo nº 070/22, discutido por Claudio Janta, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 420, 537, 566, 573, 595 e 596/21, 005, 043, 088, 104, 124, 126 e 128/22 e o Projeto de Resolução nº 010/22. Às dezesseis horas e dezesseis minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim e Mônica Leal. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à

apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Boa tarde a todos.

Registro as presenças de Antonio Alberto de Melo Bertaco e Elaine Teresinha Soares de Moraes, pais do suplente Luiggi Bertaco, e os convido a integrar a Mesa dos trabalhos.

Solicito ao diretor legislativo que proceda à leitura das proposições.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo processo SEI nº 036.00051/2022-20, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que solicita representar esta Casa na XXI Marcha dos Legislativos Municipais, promovida pela União dos Vereadores do Brasil, na cidade de Brasília – DF, nos dias 26 a 29 de abril de 2022.

Apregoo o processo SEI nº 217.00021/2022-02, de autoria do Ver. Matheus Gomes, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no evento Encontro com o Relator Especial da Organização das Nações Unidas – ONU, sobre o tema “Luta antirracista e o impacto do racismo na restrição da liberdade de associação e reunião”, em São Paulo, nos dias 7 e 8 de abril de 2022.

Apregoo o processo SEI nº 025.00032/2022-122, de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na 23ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, em Brasília – DF, nos dias 25 a 28 de abril de 2022.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em razão da Licença para Tratamento de Saúde do Ver. Cezar Augusto Schirmer, no período de 25 a 29 de abril de 2022, declaro empossado o Ver. Pablo Melo, nos termos regimentais, pelo mesmo período. V. Exa. integrará a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB.

O Ver. Márcio Bins Ely solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 27 a 29 de abril de 2022. Em votação. (Pausa.) Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em razão da Licença para Tratar de Interesses Particulares do Ver. Márcio Bins Ely, no período de 27 a 29 de abril de 2022, e em razão da impossibilidade de os suplentes João Bosco Granato

Vaz, Delegado Cleiton, Angélica Kafrouni e Professor Pedro Felice assumirem a vereança, o suplente Luiggi Bertaco assumirá a vereança. Informo que o suplente já procedeu à entrega do Diploma e da Declaração de Bens a esta Mesa.

Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Luiggi Bertaco prestará a seguir.

SUPLENTE LUIGGI BERTACO (PDT): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Declaro empossado o Ver. Luiggi Bertaco. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Luiggi Bertaco, V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

O Ver. Roberto Robaina solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 2 a 4 de maio de 2022. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, o Ver. Idenir Cecchim; colegas vereadores e vereadoras; cidadãos e cidadãs que estão acompanhando a nossa sessão nesta tarde. Utilizo aqui o período de comunicações de liderança da oposição para falar num tema que está muito preocupante para todos nós, cidadãos, vereadores e vereadoras, que é o combate ao mosquito da dengue em Porto Alegre. Até ontem, terça-feira, nós tínhamos 1.650 casos confirmados em Porto Alegre - 1.586 de Porto Alegre e 64 vindo de outros estados ou países. Nós aprovamos, Ver. Robaina, nesta Casa, um projeto de lei, inclusive, de iniciativa do governo, a absorção de 351 servidores Agentes Comunitários de Saúde e 81 Agentes de Combate às Endemias. Paralelo a isso, no governo anterior, no último ano, foi feito o concurso público para 32 vagas de Agentes de Combate às Endemias que são os que combatem o mosquito da dengue, a tuberculose e outras doenças. Vocês sabem quantos o governo chamou desse concurso? Nenhum! Nenhum! Os senhores sabem quantos Agentes de Combate às Endemias têm em Porto Alegre para dar uma supervisão a um milhão e 600 mil pessoas? São 80 pessoas! Os senhores acham que esses trabalhadores têm condições de fazer todo o controle das casas, da cidade, ou pulverizar, para matar o mosquito da dengue? Não! O governo é omissivo! E aqui eu mando um recado ao Secretário Municipal da Saúde, nosso amigo Sparta. O senhor mesmo, Sparta, defendeu que, urgentemente, iria chamar os Agentes de Combate às Endemias; não confunda Agentes Comunitários de Saúde com agentes comunitários de endemias, porque são esses que fazem averiguação. Todos os dias eles ligam para os vereadores, para vários secretários, e ninguém decide. E, se faltar uma vida ou se perder uma vida na cidade de Porto Alegre, quem serão os responsabilizados? É o senhor prefeito municipal, Sebastião Melo, que foi vereador em Porto Alegre, que foi deputado estadual e que hoje tem uma enorme responsabilidade com a cidade. Nós, da Comissão de Saúde, estamos sendo cobrados todos os dias, por isso, venho a esta tribuna para fazer um apelo ao governo municipal: por favor, contrate para ontem as 32 vagas que foram criadas aqui nesta Casa e sancionadas pelo prefeito municipal! O secretário de saúde está confuso, porque, pelo que eu sei, a informação que vem de dentro da secretaria de saúde é de que o

agente comunitário de saúde e o agente comunitário de endemias têm a mesma função. É lamentável ter essa informação. Nada a ver uma coisa com a outra. O agente comunitário de endemias faz o controle do mosquito da dengue, da tuberculose e de outros diagnósticos, outros problemas na cidade; e os agentes comunitários de endemias fazem parte da Estratégia de Saúde da Família, fazendo o vínculo com o cidadão que tem uma doença incurável, ou controlável e sabe, no dia a dia, o nome do cidadão fazendo um vínculo com a comunidade. Portanto, Presidente, esse é um apelo que fazemos: é para ontem! São 1.656 casos, em apenas 30 dias, já triplicou, então, imaginem o que vai acontecer se nós não tivermos o controle do mosquito da dengue em Porto Alegre. Portanto, faça esse apelo, de uma forma indignada, em razão do descontrole da gestão da secretaria de saúde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; boa tarde, população de Porto Alegre que nos assiste na TVCâmara; quero apresentar para vocês uma camiseta bem bacana, fazer um *merchandising* da camiseta antifascismo, que eu sei que uma vereadora desta Casa, a Ver.^a Nádia, que, infelizmente, não está aqui no horário da sessão, deve estar em funções externas, gostaria muito de adquirir uma, pelo jeito, porque perguntou, durante a procissão de São Jorge, se estavam dando essa camiseta. Na verdade, não, na verdade, nós estávamos com essas camisetas, e existe uma militante que resolve fazer. Para quem quiser, está à disposição, tem no canal na internet, tem pelo nosso WhatsApp. Está aqui a camiseta, gostaria de mostrar novamente. (Mostra a camiseta.) Está feito aqui o convite para compra. Se a Ver.^a Nádia quiser, eu vou entregá-la mediante pagamento. Não eu, na verdade, essa nossa militante que faz essas camisetas, mas posso botar até um autógrafo aqui na camiseta.

Gostaria também de referendar sobre esse assunto que tramita na CCJ, um projeto de lei nosso que tem como objetivo a proibição do comércio de símbolos de apologia ao nazismo, de símbolos de apologia ao racismo. É um projeto muito simples: se tiver conteúdo racista, se tiver conteúdo que vise à propagação do neonazismo, nós exigimos que não possa ser comercializado. Aí, de forma muito engraçada, esse projeto foi atacado pela extrema direita da Casa. Mas o que me trouxe maior curiosidade e perplexidade é que, simultaneamente, eles apresentam uma emenda tentando criminalizar o comunismo. Aí me cai a ficha de que essas pessoas talvez tenham faltado muito às aulas do ensino médio, ou são ignorantes, no sentido de ignorar o que acontece, como funciona o desenvolvimento de algumas ideologias, ou são oportunistas baratos, que tentam polemizar em cima de uma pauta para tensionamento e autopropaganda. É bem simples. Por que aqui o nazismo é criminalizado e o comunismo não é criminalizado? E, diga-se de passagem, o comunismo nunca existiu,

Bobadra; nunca existiu, entendeu? O que nós tivemos foi o socialismo real. O comunismo, se tu me apresentares uma experiência, o comunismo marxista, seria bem interessante, mas nunca existiu. E por que os símbolos comunistas não são criminalizados e os símbolos nazistas são criminalizados? Porque existem duas teorias que dão origem: uma é a teoria marxista e a outra é a teoria baseada no livro Mein Kampf, do Hitler. O Mein Kampf tinha como base o genocídio, a morte, a tortura e a eliminação dos grupos vulneráveis, e isso não existe na teoria marxista, que vai dar origem ao comunismo. É por esse simples motivo, científico, histórico, que o comunismo não é criminalizado e o nazismo é criminalizado, mas aqui nesta Casa nós temos gênios, especialistas em história, especialistas em ciência política, que acham que vão polemizar a partir de uma asneira como essa, que é comparar o comunismo com o nazismo. Sinto muito a ignorância, peço perdão à população de Porto Alegre por esse tipo de escolha dos nossos parlamentares, mas nós vamos continuar fazendo a luta antifascista. Mais uma vez, Nádia, se quiseres, indico o telefone da companheira que está fazendo, posso trazer para ti, entregar aqui, deixo a minha assinatura e serás bem-vinda ao movimento antifascista, porque quem não é antifascista, é fascista. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores. Vou fazer alguns registros com relação a algumas participações que tivemos durante esta semana, começando pelos serviços prestados na Secretaria de Desenvolvimento Social, pelo secretário Voigt e que, às vezes, nós, vereadores, nos deparamos com situações que não podemos imaginar e não dominamos tantos setores assim que tenha no Executivo. Nos demandaram um pedido de que havia em Porto Alegre quatro ucranianos especiais surdo-mudo, que tinham vindo do Uruguai e que estavam num hotel sem comunicação porque, além da leitura dos sinais, só falavam ucraniano, e a dificuldade era grande para se achar um intérprete nesse idioma. Então, o que me chamou atenção que a primeira ligação que eu fiz domingo, de manhã, sem número identificado, o secretário Voigt atendeu e, em 15 minutos, ele me colocou dentro da rede do Município que já estava atuando para amparar essas pessoas. Estavam no Uruguai em férias, e o Uruguai não deixou sair porque a guerra começou, os parentes moram, justamente, na cidade onde foi devastada, e eles fugiram para Europa. Então, a Prefeitura entregou bons serviços, mas também quero destacar a delegada da Delegacia de Turismo que foi incansável, alojando essas pessoas num hotel muito bom, o hotel da Rede Master, com estada e alimentação gratuita. Bem, depois de todas essas horas de contatos e conversas e me assegurando que tudo estava bem encaminhado, conversamos com esses ucranianos pelo tradutor Google, buscamos mais informação, fechamos o que tínhamos recebido de informação do Município. Eles viajaram segunda-

feira para São Paulo, depois para a Sérvia, da Sérvia pegariam um trem para ir até a Alemanha numa cidade onde estavam os parentes. Então, a gente sente, falando com essas pessoas, a tristeza que é a guerra, não tem como não se sensibilizar, as pessoas vieram para um lazer conhecer o Uruguai e depois tiveram que sair, com meios até quase sigilosos, do Uruguai e poder retornar ao seu País. Parabéns à Secretaria, ao setor de migração, à delegada de turismo e todos que estiveram envolvidos, à Rede Master também.

Sobre a dengue, Ver. Aldacir Oliboni, os profissionais que tinham lá se aposentaram, o senhor deve saber, inclusive o Gabinete da Causa Animal cedeu um veterinário que tinha uma especialização na área animal. Hoje os veterinários também têm essa especialização, e ele foi transferido justamente para não deixar esse setor acéfalo devido às aposentadorias, isso recentemente, há uns dois ou três meses, para reestruturar e dar encaminhamento a todos esses casos que já estavam começando a acontecer. Claro que agora acentuou; tenho certeza de que a Secretaria da Saúde vai vencer essa etapa, como venceu com a vacinação a covid, passou o período do “fique em casa”, do “fecha tudo”, e o Sparta se saiu muito bem com a sua equipe. Eu tenho certeza de que vamos vencer mais essa.

E também, para finalizar, quero agradecer ao Município pelo empenho em implementar o controle populacional de animais em Porto Alegre, que está em andamento, ampliando o número de castrações para evitar o que tem hoje aí, muitos animais sem lares, procriando – é isso que nós temos que combater para o futuro, e eu estou apoiando, sei que o governo está fazendo. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. José Freitas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Boa tarde, colegas vereadores; Presidente Cecchim; público que nos assiste. Infelizmente é matéria em todos os veículos de comunicação sobre roubo de fios, roubo de tampas de bueiros, e por aí vai. Ver. Gilson, na loja do meu cunhado entram, duas a três vezes por mês, na Av. Oscar Pereira; agora, na semana passada entraram, tiraram, roubaram a fiação interna. A minha assessora que está aqui gravando, entraram na loja do marido dela também, roubaram a fiação. Então, assim está acontecendo infelizmente, inclusive nas sinaleiras. Ontem passei por três sinaleiras na Av. Oscar Pereira, pasmem, foi roubo de fio das sinaleiras! Diante disso, eu e a Ver.^a Comandante Nádia estamos protocolando um projeto de nossa autoria, que diz o seguinte: “Regulamenta a instalação, a reinstalação e o funcionamento de atividades dedicadas à operação de desmanche de veículos, de fundições de galpões reciclagem, de compra e venda de sucata, de peças novas e usadas de veículos automotores, de aquisição de estocagem, de comercialização e reciclagem de produtos, bem como estabelecimentos comerciais semelhantes no Município de Porto Alegre. O objetivo é inibir a prática criminosa referente à comercialização de materiais

sem origem comprovada, como tampas de bueiro, hidrômetros ou abrigos protetores de hidrômetros, materiais de ferro, aço galvanizado, alumínio, portas de túmulos confeccionados com cobre ou bronze, hastes confeccionadas com cobre ou alumínio, grades de ferro, fios e cabos de quaisquer materiais utilizados pela rede elétrica, pela rede de telefonia, pelas operadoras de TV a cabo e pelas operadoras do serviço de internet. A receptação desse tipo de material é bastante conhecida, assim como seu comércio irregular, por se tratar de material de custo elevado, o que contribui com a criminalidade e, às vezes, causa paralisação de produção e de serviços realizados por quem estava ligado na infraestrutura de onde a fiação ou as peças foram roubadas. Os estabelecimentos comerciais terão o prazo de, no máximo, 60 dias, contados da data da publicação desta lei, para escriturar e registrar os materiais de seus estoques. Os estabelecimentos comerciais deverão, obrigatoriamente, pelo prazo de dois anos, manter a documentação determinada nesta lei no local onde é prestada a atividade comercial e à disposição das autoridades públicas”.

Outro dia também, Ver. Gilson, roubaram do cunhado de outra assessora do meu gabinete a fiação do seu salão; ele seguiu o camarada, e o camarada entrou, à noite, num ferro-velho na Av. Voluntários da Pátria. Por isso que esse nosso projeto visa inibir o receptor e aquele que rouba também, prejudicando as pessoas em todas as camadas do nosso Município. Conto com o voto de todos os colegas para nós coirmos essa prática em Porto Alegre. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. José Freitas e parabéns por levantar esse assunto tão importante. Isso interessa a todos nós, principalmente denunciar os receptadores, que são uma verdadeira praga na cidade.

A Ver.^a Cintia Rockenbach está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CINTIA ROCKENBACH (PODE): Presidente Idenir Cecchim, vereadores e vereadoras, público que nos assiste, boa tarde. Não poderia deixar de manifestar, diante da importância do mês que estamos para a causa à qual defendo há mais de 22 anos, que é a minha principal bandeira neste mandato. Para quem não sabe ou para quem pouco ouviu falar, estamos no Abril Laranja, mês que marca a importância da luta à prevenção contra a crueldade animal. Não podemos cair no engano de pensar que esse tema é repetitivo, pois ele está longe de ser esgotado. Gostaria de salientar que estamos vivendo um momento em que a sociedade moderna não admite e não tolera mais violências contra seus semelhantes, violência contra animais e violência contra a natureza. Estamos em um momento de dar basta. Como bem sabemos, o ato simbólico de colorir um mês de ano de determinada cor tem como objetivo chamar a atenção da sociedade para determinada causa. Foi com esse objetivo que a Sociedade Americana para a Prevenção da Crueldade Animal criou essa iniciativa, hoje difundida em vários países, contando com o apoio de órgãos públicos,

ONGs e entidades de proteção animal. Mas por que eu estou falando sobre esse assunto? Porque, senhoras e senhores, segundo dados da Organização Mundial da Saúde, existem atualmente cerca de 30 milhões de animais abandonados no Brasil. E, durante a pandemia, o índice de abandono aumentou em praticamente 60%, de acordo com a ONG Amparo Animal. Outro dado importante é que cerca de 37 milhões de lares brasileiros possuem algum animal de estimação, ressaltando que Porto Alegre figura entre as capitais com maior porcentagem de animais presentes nos domicílios, que são as chamadas famílias multiespécies, pois em diversas famílias os animais são tidos como membros. Mas principalmente também porque, em todos os meus anos de luta pela causa, além das dores e situações difíceis que encontrei, eu pude perceber que a questão de maus-tratos e crueldade animal está intimamente ligada a questões muito maiores. Estudos apontam que há uma relação entre a violência contra animais e a violência doméstica, quando as violências cometidas aos animais são associadas a atos de violência doméstica, envolvendo principalmente mulheres, crianças e idosos. Isso é tema de pesquisas e estudos em diversas universidades mundo afora. Outros estudos desenvolvidos por pesquisadores norte-americanos associam aos maus-tratos e à violência com os animais a uma propensão ou risco elevado de ocorrer a prática de violência contra as pessoas também no futuro. Esses estudos são utilizados como base para o FBI que divulgou, em 1916, que passaria a investigar crime contra animais com o mesmo rigor que são investigados os crimes contra seres humanos. Pesquisadores e psiquiatras apontam que casos de maus-tratos e violência contra animais possuem uma forte conexão com a psicopatia. Pessoas normais não maltratam animais porque elas reconhecem que eles possuem sentimentos e que animais sofrem, animais são seres sencientes. Esses estudos reforçam que alguém que maltrata um animal facilmente também fará vítimas humanas. Desse modo, caros colegas, estou aqui dando voz a esta causa, que minha tão cara porque é de extrema importância que esta Casa, que a Casa do Povo encare esse problema como realmente ele é, uma questão pública: de saúde pública, quando observamos a quantidade de animais de rua em nossas cidades, podendo vir a se tornarem possíveis vetores de doenças da comunidade; de segurança pública, quando fazemos uso da teoria do elo e vemos a crescente onda de casos de feminicídios e violência doméstica no País; de assistência social, quando olhamos para as comunidades e por vezes o número de animais existentes em casa ultrapassa a quantidade de moradores.

É uma questão de educação, principalmente porque essa é a nossa principal arma na luta por um mundo melhor, mais justo e mais digno, inclusive para os animais, e onde precisamos investir e trabalhar arduamente se quisermos construir uma sociedade justa para as gerações futuras. A causa animal abarca para além dos direitos da proteção, ela também luta por regulamentação, cuidar do bem-estar e sofrimento dos animais. Faço aqui um elogio, um agradecimento ao trabalho realizado pela Prefeitura através da EVTA, equipe da EPTC na qual trabalhei por algum tempo, onde pude acompanhar o trabalho minucioso e de formiguinha que é feito em relação a retirar equinos que circulam irregularmente nas áreas e vias públicas. Também estendo meus

cumprimentos ao Gabinete da Causa Animal que trabalha de perto na construção de políticas públicas e projetos. Meu agradecimento a todos. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Luiggi Bertaco está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADOR LUIGGI BERTACO (PDT): Boa tarde a todos. Presidente Idenir Cecchim, quero cumprimentá-lo, e, em seu nome, cumprimentar todos os demais colegas. É uma satisfação estar sob a sua presidência, V. Exa. que me viu crescer desde o tempo de secretário da SMIC; ao futuro deputado estadual que nos assiste pela TV Câmara, Márcio Bins Ely, somente tenho agradecimentos nesses oito meses de trabalho, de caminhada diária, com quem tenho aprendido enormemente tenho aprendido enormemente e, cada vez mais, eu vejo que eu estou no lugar certo trabalhando com o senhor. São características de diplomacia, um cara extremamente justo, que eu não poderia deixar de citar aqui que, graças a ele, eu estou aqui tendo esta oportunidade. Também agradecer à equipe, o Julian, a Leti, a Naia, a Laura, a Aline, a Dola, o Carlinhos, a Luciane, vocês, sem dúvida, sem dúvidas, estão transformando o meu dia em algo muito mais simples, mais fácil para exercer a vereança. Deputada Juliana, caminhei e conheci durante a campanha, a senhora como candidata a prefeita, muito me orgulho levar seu nome, a sua bandeira, principalmente, do PDT, e certamente ganhei uma grande amiga. Espero que seja uma excelente futura deputada federal. Também sei que agora, domingo, é Dia do Trabalhador, então acredito que essa seja a última sessão antes do dia da comemoração, sendo do PDT, um partido trabalhista, tenho que deixar minha homenagem. Meus parabéns a todos os trabalhadores do Brasil, que carregam este País, que fazem o desenvolvimento econômico. Sei que as notícias não são boas, nós, que somos do PDT, temos a herança de Getúlio Vargas, que criou a CLT, lá em 1941, criou as férias, o 13º, diversos benefícios, que na verdade são retribuições pelo valor do trabalho. Como disse o próprio Getúlio, o trabalho é o meio para a dignidade humana. Gostaria muito que a gente pudesse voltar àquele tempo lá que enchia o São Januário, como fazia o presidente, dando boas notícias aos trabalhadores. Hoje infelizmente a gente tem que falar que realidade não é fácil. A gente está com a gasolina alta; a gente está com a cesta básica com um valor lá nas nuvens, altíssimo. Então queria muito, mas muito mesmo, que a gente retornasse a ter uma economia pujante, que se desenvolvesse, que a gente conseguisse que a política transformasse a sociedade, para que a gente não chegasse mais a essas situações extremas. *Buena*, agradecer, principalmente, aos meus 920 eleitores, foram 921 votos, mas não vou elogiar e agradecer a mim mesmo, o voto é meu.

Rapidamente dizer um pouco de como cheguei até aqui. Não poderia deixar de citar, em nenhum momento, o meu pai, 35 anos de vida pública, foi diretor da SMIC. Doze anos é bastante tempo, diversos prêmios, inclusive pelo Sebrae, ganhou o título de Cidadão de Porto Alegre por esta Câmara. É porque o senhor tem trabalho. Certamente

eu naveguei na onda do trabalho que o senhor criou, o senhor abriu essas portas. Então, meu muito obrigado, um agradecimento especial ao senhor, certamente parte desses votos é graças ao seu trabalho.

Também aprendi que a política, muitas vezes, não é bonita. A gente trabalha em sexta, sábado, domingo, feriados e, muitas vezes, para acompanhar, para ter o pai em casa, a gente tinha que ir à agenda. Quem olhar os vídeos de 2004, na campanha do Fogaça, verá, eu estava lá, de mãos dadas. A gente toma o gosto, aprende, não é? Graças a ele, aprendi dois valores que considero essenciais para fazer política: lealdade e sinceridade. Eu tinha um programa *Política Sincera*, levei lá o prefeito Sebastião Melo, o prefeito Fortunati, o presidente desta Casa, à época, Valter Nagelstein, para debater política, porque a cidade precisava. Vivemos tempos sombrios há uns quatro anos, a cidade não tinha zelo, não tinha o cuidado da limpeza da praça, do básico bem-feito. Ela tinha o apelido de cratera lunar, porque o asfalto era cheio de buracos. Aos poucos estamos conseguindo retomar o prumo. Foram esses pontos que bati durante a campanha e que hoje me trazem a esta tribuna.

Não poderia deixar de agradecer à minha mãe, ela sempre foi o esteio, aquele pilar que, quando necessitamos, está ali para nos dar a base, suporte emocional principalmente. Eu terminei a campanha magro. Se eu falar a quantidade de quilos que perdi... porque é um estresse, quem vive isso sabe como é. Como o cara lá em cima sabe o que faz, hoje estamos buscando uma Porto Alegre melhor.

Já que não posso nominar as 920 pessoas que contribuíram, há duas em especial: Rodrigo Nevado e Matheus Machado, que me deram todo o suporte possível, são as pessoas que me colocaram como presidente do Centro Acadêmico do Direito, da UFRGS, pensaram todos os projetos juntos, foram pessoas extremamente parceiras, virando madrugadas e estudando a cidade para poder fazer algo bom quando a gente chegasse aqui. Já me encaminhando para o final e falando um pouco das bandeiras, a minha pauta foi a educação; como dizia o Brizola: “Cara é a ignorância”. Em Porto Alegre, a gente investe muito em educação, são mais de R\$ 900 milhões, e os retornos, no IDEB, por exemplo – que é o índice que mede –, não estão nem um pouco perto do desejado. A meta era 5, a gente tirou 3.7 no último IDEB, não sei por que, mas as melhores escolas no IDEB foram aquelas que tinham turno integral, o contraturno.

Então, para terminar, eu ajudei o Pedro Felice, quando foi vereador, num projeto, e peço ajuda dos colegas, para botar um prazo para a gente conseguir ter, no mínimo, 50% das escolas com turno integral em Porto Alegre; o projeto foi baseado, inclusive, na sua lei, deputada Juliana.

Agradeço a todos de coração, uma boa tarde, e “é os guri”!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, vereador.

Suspendo a sessão por dois minutos, para as despedidas dos pais e da deputada Juliana; obrigado pela sua presença deputada.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h07min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h09min: Estão reabertos os trabalhos.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h12min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a formação de um bloco de votação composto pelos Requerimento n^{os} 008/22 e 056/22.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Sra. Presidente, não é possível votar em bloco, porque temos votos separados.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Não houve acordo. O Ver. Oliboni desiste do requerimento.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 008/22 – (Proc. nº 0025/22 – Ver^a Fernanda Barth) – requer a realização de Sessão Solene no dia 03 de maio, às 17 horas, destinada a assinalar o transcurso dos 75 anos da Independência do Estado de Israel (Yom Ha'atzma'ut). **(SEI 212.00001/2022-28)**

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada pelos vereadores Roberto Robaina e Pedro Ruas, o Requerimento nº 008/22. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sra. Presidente, 19 votos **SIM** e 05 **ABSTENÇÕES**.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): APROVADO o Requerimento nº 008/22.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Uma questão de ordem, só para esclarecimento. Eu lembro que as sessões em relação ao Estado de Israel sempre eram de autoria de V. Exa., e eu achei que essa também fosse. Nós já não votamos um de V. Excelência?

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Na verdade, cada vereador agora tem direito a uma homenagem. A Ver.^a Fernanda Barth entrou com o pedido de sessão em homenagem ao Estado de Israel.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Obrigado.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. N° 056/22 – (Proc. n° 0245/22 – Ver. Leonel Radde) – requer a realização de Sessão Solene no dia 10 de maio, às 19h, destinada à entrega da Comenda Porto do Sol ao Sindicato dos Escrivães, Inspetores e Investigadores de Polícia do Rio Grande do Sul/UGEIRM.(SEI 208.00044/2022-18)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento n° 056/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. 067/22 – (Proc. n° 0299/22 – Mesa Diretora) – Requer a realização de período de Comunicações em homenagem ao Dia da Mães, no dia 02/05/22. Homenagem a ser realizada pela ACM – Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul. (SEI 017.00074/2022-53)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação requerimento s/n°, de autoria da Mesa Diretora, que solicita seja o período de Comunicações do dia 2 de maio destinado à homenagem ao Dia das Mães. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. N° 0300/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N° 120/20, de autoria do Ver. Claudio Janta, que cria o Centro Municipal de Tratamento Médico Integrado do Espectro Autista – CMTMIEA. (SEI 024.00056/2020-01)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Gilson Padeiro: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CECE**. Relator Ver. Giovane Byl: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Psicóloga Tanise Sabino: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Claudio Janta;
- incluído na Ordem do Dia em 25-10-21.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 120/20. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado pelo espaço da palavra, Presidente, Ver.^a Mônica Leal. Cumprimento aqui o povo de Porto Alegre pela luta que faz, historicamente, pela saúde. A saúde da população não é a melhor que poderia ter, não. Hoje, em média, para um diagnóstico de autismo são 500 dias esperando. Vocês sabem o que é uma mãe, um pai esperar 500 dias? Esta é a Porto Alegre do governo Melo, 500 dias aguardando na fila. Vocês sabem quantos dias, por exemplo, espera uma criança, um adolescente para uma consulta com oftalmologista? Quatrocentos e noventa dias, e não sou eu que estou inventando esses dados, são dados da Secretaria. Não há mais especialistas em Porto Alegre porque o prefeito não faz concurso. A coisa boa que o prefeito faz é viajar, é bom para ele, para mim não é nem para vocês. Agora ele está turistando em Brasília. Até agora, das viagens que ele faz, eu não vejo trazer nenhuma vantagem. Foi para o Rio de Janeiro, deve ter tomado uma boa água de coco em Copacabana, dizendo que ia ver um modelo de privatização para o DMAE. Eu sei que não chegamos a 60% o tratamento de esgoto na capital porque ele não faz concurso para o DMAE. Nós temos mais de mil cargos vagos, e aqui nós estamos discutindo, nesta matéria, como nós vamos dar conta. Vejam só, a Câmara tem que oferecer uma possibilidade, a Câmara tem que mostrar como se faz gestão, a Câmara que tem que dar indicativo, mas é o prefeito que nomeia os secretários. Ele está mais de um ano no cargo, já foi vice-prefeito, ele sabe dos problemas históricos da cidade e ele está sentado em cima do cofre; o Melo está igual ao Tio Patinhas; o dinheiro está lá, R\$ 1 bilhão, e não recompõe o salário do funcionalismo, não chama concursados que nós precisamos. Sabe o que aconteceu? Segunda-feira de manhã, segunda de manhã, no Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, Ver.^a Mônica, não tinha pediatra. Como pode, secretário Sparta, não ter pediatra numa segunda-feira de manhã – essa é a saúde – para as nossas crianças? Por isso que nós temos que dar indicativo, o caminho, porque o prefeito está

perdido, só viaja, só passeia, e as políticas não acontecem. Eu quero aproveitar esse momento para falar de um debate sobre o autismo, que está sendo colocado, também outras doenças, outros tratamentos, que é o rol taxativo. O sistema de justiça está discutindo o rol taxativo; sabe o que é isso? Os planos de saúde querem lucrar mais com a saúde da população; hoje uma família, Ver.^a Mônica, pode entrar na justiça para reivindicar um tratamento mais adequado ao seu filho, um medicamento novo que surge. E os planos de saúde, que são empresas, não querem mais isso, eles querem um rol taxativo, que é ficar a vida inteira com as mesmas regras. Se a medicina avançar, tu vais ter que pagar mais para acessar. Mas aí para quê plano? As pessoas pagando R\$ 1.300, R\$ 2 mil, R\$ 5 mil de plano de saúde, e os planos estão lá, fazendo o seu lobby, estão na justiça, querendo estabelecer o rol taxativo. E nós não podemos aceitar isso; por isso que hoje eu fui para o Tribunal de Justiça desse Rio Grande do Sul, junto com as mães e pais dos autistas. Nós temos que exigir rol exemplificativo. Essa tem que ser a luta de todas as vereadoras e vereadores, todas e todos, sem exceção; saúde não é mercadoria, não deve ser objeto de lucro. Sim ao rol exemplificativo; o rol taxativo mata, mata, porque as pessoas não podem acessar os melhores tratamentos, têm que pagar, como agora eu tive o depoimento de um senhor que precisava de um tratamento de cardiologia, teria que desembolsar R\$ 200 mil pelo tratamento, porque o plano não queria arcar. E aí ele conseguiu entrar na justiça – com o rol exemplificativo conseguiu conquistar o seu tratamento, está vivo, Ver.^a Mônica; senão ele não ele não teria R\$ 200 mil. E para concluir, nós precisamos abraçar a causa do autismo e dizer não ao rol taxativo que o Superior Tribunal de Justiça está discutindo e não pode fazer injustiça, tem que fazer justiça. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 120/20.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores, volta aqui, Jonas, vem aqui ouvir, eu só quero te fazer uma pergunta: se tu és mal-intencionado, idiota, imbecil ou burro? Eu acho que tu és os quatro, além disso é um quinto: um covarde, porque fala e sai correndo, fala idiotice. “Eu ouvi um pai me falar...” – idiotice, o cara é um imbecil! Parece que o autismo surgiu em Porto Alegre no governo Melo! Parece o autismo surgiu no Brasil agora! Em compensação, os seus governos não fizeram nada pelas crianças autistas! Os seus governos, o governo do Presidente Lula, o governo da Presidente Dilma Rousseff, os governos da Prefeitura de Porto Alegre não botaram uma pedra para resolver a vida dos autistas! Aí vem esse idiota, imbecil aqui, que foge, um covarde, vem para cá querer dizer que tudo é culpa do governo Melo! Não sabe nem o que fala! Esse idiota, se aparecer aqui qualquer coisa falando do bem para as pessoas, vai dizer que é culpa do governo Melo. Mas ele não fala que o governo Melo já deu 4,6% de reajuste para sua categoria, a qual ele não representa mais, é um zumbi no meio dos municipais de Porto Alegre, aí fica pegando

carona dos servidores, para falar da previdência. Aí fica pegando carona das pessoas com deficiência. Fica pegando carona no mundo do autista. Não sabe o que fala esse idiota! Não sabe o que é ter um filho autista; não sabe o que é ter um adulto autista dentro da sua casa e não ter políticas públicas! O projeto estava sendo encaminhado para votação e vem esse rancoroso, esse imbecil usar a tribuna para falar asneira aqui. Ele não sabe nem quando surgiu o autismo, não sabe que o autismo tinha o rótulo de mãe de útero vazio. Não sabe que o autismo tinha o rótulo de dizer que a questão do autismo vinha pela água contaminada. Não sabe que a questão do autismo foi dita que vem da alimentação. Mas não sabe que o autismo é azul, porque é lá no cérebro da criança, do adulto e do idoso que está a questão do autismo. Então é um idiota, um imbecil, um crápula que usa a dor das famílias para vir para cá fazer politicagem. Volto a dizer: idiota, imbecil, crápula que usa o autismo para fazer palanque eleitoral! É muito imbecil, é muito idiota tentar discutir um tema que nem sabe o que é. “Que eu falei para um pai que um filho vai ter...” Se o senhor não sabe, tem pai que tem que ver a questão alimentar dos seus filhos, se o senhor não sabe, tem pai que tem que ver a questão do andar dos seus filhos, se o senhor não sabe, tem pai que o seu filho está com 50 anos usando fralda, se o senhor não sabe, uma mãe de filho autista quer autonomia de simplesmente tomar um banho, imbecil! Um banho que o senhor toma à vontade na sua casa! Essa mãe quer essa liberdade somente. E realmente tem que ter políticas públicas, realmente o governo Melo está trabalhando para isso, não só para criar um centro de referência, mas para criar um centro de diagnóstico, algo que só surgiu agora, que V. Exa. está sendo escrachado no meio da sua categoria porque com esse radicalismo que apresentou aqui, falando de um tema que o senhor não domina, que o senhor não conhece, o senhor não sabe, o senhor não vive e não convive com ele, só fazendo politicagem. Vá conviver com uma criança autista, vá conviver um adulto autista, vá conviver com um idoso autista. Eu vou lhe dizer uma coisa: não cabe politicagem, eu não faço isso, e várias pessoas já me disseram isso, esperando voto, porque eu não penso que uma mãe que está com o seu filho acamado, uma mãe que está com o seu filho dentro de casa tendo uma crise, destruindo a sua cozinha, destruindo o seu quarto, vai sair de casa no domingo para votar nessa porcaria de vereador, mas mais porcaria do que eu, o senhor, um idiota, um imbecil, um burro, porque veio falar besteira aqui nesta tribuna de um tema relevante para todas as mães e pais de autistas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Jonas Reis (PT): Quero aqui fazer uma denúncia de que o vereador passou por mim e disse que, na próxima, vai dar um soco na minha cara. Esse desrespeito, o senhor faz ao povo de Porto Alegre. Eu fui eleito pelo povo para aqui permanecer e defender a população. O senhor erra, usa de palavras de baixo calão, aqui me ofendeu me chamando de imbecil e outros impropérios. Eu gostaria que o senhor se recompusesse aqui, porque, se não, o senhor estará incorrendo em quebra de decoro; já reivindico aqui o Art. 94 do Regimento Interno, porque fui atingido na minha honorabilidade e preciso me manifestar quanto a essas acusações e ataques pessoais.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver. Jonas. O Ver. Oliboni ocupará a tribuna agora, enquanto isso a Mesa avaliará a sua solicitação.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLL nº 120/20.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidenta, Ver.^a Mônica Leal; colegas vereadores e vereadoras; público que acompanha a nossa sessão nesta tarde, nós estamos neste momento votando projeto de lei do colega Ver. Claudio Janta que é direcionado também como uma política que o governo atual já definiu, que é a criação do Centro Municipal de Tratamento Médico Integrado do Espectro Autista – CMTMIEA. Nós sabemos que têm algumas matérias, alguns assuntos que mexem com a vida do vereador, da vereadora, do cidadão, da cidadã porque a família desse cidadão, desse vereador está envolvida com esse tipo de política que, muitas vezes, está esquecida pelos governos. E, nesse caso, nós – inclusive a Ver.^a Cláudia Araújo é presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente – já fizemos várias reuniões com o governo, e o projeto de lei que hora está sendo apresentado prevê a criação de um centro de atendimento ao autista – há mais de 600 pessoas sem atendimento ou com atendimento represado. Essas entidades que ora tratam do assunto estão realmente cobrando do governo. E é claro que, no momento em que há uma crítica muito pontual, acaba atingindo algumas pessoas ou até mesmo um vereador que ora está propondo. Creio que o que colega Ver. Jonas não teve a intenção de diretamente falar ao Ver. Janta; portanto, peço uma certa parcimônia dos colegas vereadores e vereadoras nesse momento importante, porque a esse projeto nós – da bancada do PT, da oposição – vamos voltar favoravelmente. É uma política que vai ao encontro de uma situação bastante delicada na cidade e que, infelizmente, está com atendimento represado. Eu diria que na área da saúde, da assistência são muitas as questões que os governos capitalistas não tratam como uma política pública, aí é questão; só fazem pela pressão. E a pressão está sendo da sociedade e da Câmara também com esse projeto de lei. Os governos precisam se posicionar, quando tem uma parcela da população que não tem esse tipo de atendimento; por isso a nossa solidariedade às famílias e a todos aqueles que infelizmente não têm o braço do Estado, Ver. Robaina, não têm o braço poder público para poder dizer que aqui é portas abertas, é para todos, com atendimento continuado. Inclusive, Ver.^a Cláudia, Ver.^a Lourdes, discutimos lá na COSMAM, Comissão de Saúde e Meio Ambiente, que o centro não seja só para pediatria, para crianças até 12 anos, mas para adultos também, porque com esse diagnóstico, as pessoas devem ser tratadas toda a sua vida, tem que ter um tratamento continuado e por isso persistente. Eu creio que é bela a iniciativa do colega vereador; esperamos que o governo, em breve... Nós iremos inclusive fazer uma visita em seguida a esse centro que sairá ali próximo ao Hospital São Pedro, à Igreja São Jorge, e obviamente que nós estaremos, não só apoiando, como também defendendo qualquer iniciativa que vem nessa direção. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir o PLL nº 120/20.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, Sr. Presidente, tema importante, tema sensível: quem é que não conhece uma pessoa autista ou não tem conhecimento desse tema específico? Meu irmão Maicon, que mora em outra cidade, tem um filho, o Estevão, meu sobrinho, diagnosticado como autista com três anos, um guri inteligente, querido, meigo, mas que precisa de um atendimento especial. Então é um tema importante para nossa cidade. Esse projeto é importante, sim, para o Ver. Janta, mas é importante para todos nós, não é um projeto da esquerda, da direita ou do centro, e tenho certeza de que o Ver. Jonas é servidor público municipal, é um homem inteligente, e peço aos colegas vereadores que possamos manter a tranquilidade e encerrar esse debate acalorado aí, pois são dois homens inteligentes, importantes para a nossa cidade, tem voto, e peço que, como o simbolismo da inteligência emocional e da maturidade da nossa Câmara de Vereadores de Porto Alegre, nós possamos, juntos, aprovar esse projeto por unanimidade, porque Porto Alegre não pode parar!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 120/20.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Amiga Presidente Mônica, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, nós estamos aqui discutindo um projeto da mais alta relevância. Eu quero aproveitar a oportunidade para registrar ao Ver. Claudio Janta, que vamos votar favoravelmente; até porque o tema é urgente, e a questão do tratamento do autista é também urgente. Eu concordo na íntegra com as palavras do Ver. Oliboni. O diagnóstico precoce é fundamental; é preciso de instrumentos, aqui em Porto Alegre para, primeiro buscar o diagnóstico, depois para o tratamento, por que, na verdade, nós precisamos de ações concretas. Mesmo que o projeto crie despesas para o Município, eu vejo como importante o projeto e a sua execução o mais rápido possível, porque, como todos dizemos, todos nós conhecemos, temos em nossas famílias pessoas com problemas de autismo e precisamos, sim, de meios, recursos financeiros e pessoal qualificado para este atendimento em Porto Alegre, que vai ganhar, sim, com a aprovação desta lei. Um abraço a todos, rapidamente ao meu registro, vamos votar favoravelmente. Um abraço

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLL n.º 120/20.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores, vereadoras, público que nos assiste na TV Câmara, eu creio a luta que expressa esse projeto é fundamental. Vocês sabem que, a partir deste ano, eu assumi a presidência da Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude – CECE, composta por mim, pelo Ver. Gilson Padeiro, Ver. Giovane Byl, pelo Ver. Jonas Reis, pela Ver^a Daiana Santos, e ali nós votamos um processo de acompanhamento da situação das escolas especiais de Porto Alegre. A Ver^a Mari Pimentel, que antes era também da CECE, agora está na CEFOR, acompanhou algumas das nossas reuniões.

Nós organizamos, pela comissão, a visita à EMEEF Prof. Elyseu Paglioli na última terça-feira; à EMEEF Prof. Lygia Morrone Averbuck, à EMEEF Prof. Luiz Francisco Lucena Borges. Fizemos essas visitas às escolas especiais para poder escutar dos professores e monitores a situação das escolas especiais. Nós temos visto que o esforço dos educadores é enorme para garantir um atendimento adequado, e a demanda é muito grande. A primeira conclusão a que chegamos é que temos boas escolas especiais. Nós temos quatro escolas especiais no Município de Porto Alegre, a qualidade delas é boa, mas evidentemente que existem precariedades. A maior precariedade é de recursos humanos. As escolas necessitam de mais professores e monitores qualificados. Isso é uma questão vital, porque são demandas das pessoas que mais necessitam, das crianças e das famílias que mais necessitam. E esse é o esforço que estamos fazendo na comissão, de reunir essas reivindicações, trazer para o governo essas reivindicações, organizar a mobilização para que as reivindicações das escolas sejam atendidas. Nós faremos um encontro – até convido os vereadores que têm essa pauta. O Ver. Janta, embora eu não vá entrar aqui nessa discussão que tiveram antes, que eu acho muito inapropriada, mas eu sei que o Ver. Janta tem emendas impositivas sobre o tema, já há algum tempo fez essa proposta da criação por lei de um centro especial – nós, evidentemente, vamos votar a favor –, e eu creio que esse é um tema de política pública para toda a sociedade. Nós necessitamos, e esse foi o nosso aprendizado – também estivemos na EMEEF Tristão Sucupira Vianna, na Restinga –, um olhar especial, e a nossa ideia é ainda no mês de maio realizaremos um encontro de todas as escolas especiais do Município de Porto Alegre. Esse é um tema que nós estamos discutindo – o Ver. Giovane Byl, o Ver. Gilson Padeiro o Ver. Jonas, a Ver.^a Daiana, a própria Ver.^a Mari Pimentel que também está acompanhando o assunto –, para que nós possamos tirar da invisibilidade esse tema, porque o próprio Janta dizia que as emendas que ele apresentou – imagino que isso corresponda, o Janta não teria por que faltar com a verdade nesse ponto – não saíram do papel, e não saíram do papel pela inexistência de um centro.

Não é possível que isso ocorra, não é possível que tenha emendas parlamentares para melhorar a atenção dos autistas, e essas emendas não sejam executadas por alguma falta de política administrativa. Nós acreditamos que se precisa priorizar esse assunto; nós, da Comissão de Educação, estamos tratando de começar a abordagem do problema educacional a partir dessas escolas especiais, mas, evidentemente, o tema da educação inclusiva não é um tema só da educação, é um tema

de toda cidade, razão pela qual nós somos favoráveis à criação de um centro que trate especialmente dessa questão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL n° 120/20, por cedência de tempo do Ver. Matheus Gomes.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que nos acompanha nesta sessão e que, como eu, ficou estupefato, escandalizado com o que ouviu aqui. Fui chamado de quatro palavrões, Ver. Robaina, me chamaram de imbecil, de idiota, de covarde e de alguma outra coisa que eu nem lembro mais. Faz pouquinho tempo, mas eu nem lembro, porque não registro, não vale a pena. Não vale a pena falar e rebaixar o nível dessa forma neste Parlamento. Este Parlamento tem outra altura, é Porto Alegre, são 1,4 milhão de habitantes, e não um botequim, não um bar de amigos. O vereador ainda desceu ali e falou mais uma meia dúzia de coisas para mim. Eu quero dizer o seguinte: aqui está Jonas Reis, professor do magistério público municipal, sindicalista, municipalista, lutador, e não um pelego. Eu não sou pelego! Eu luto em nome das pessoas que não conseguem, muitas vezes, a voz e a vez para debater. E aqui, sim, vou continuar denunciando o governo Melo. Vou, sim, apontar todos os erros, as ausências. Não há política de saúde robusta na cidade, muito menos para o autismo – não há! Mas eu, claro, não vou atacar pessoas, porque eu não ataco pessoas, eu não trabalho nesse nível, eu discuto ideias, eu debato ideias, eu não ataco o Regimento. Reivindiquei o art. 94; infelizmente, a presidenta não quis acioná-lo, negligenciou. Tenho muita admiração pela senhora, Ver.^a Mônica, mas, nesse momento, a senhora incorreu num erro que eu considero um erro político. No seu ponto de vista, pode ser um acerto estratégico; mas, no ponto de vista da democracia, da liturgia, de como é o Regimento, a senhora não aplicou – era o art. 94. Eu agradeço ao Ver. Matheus, que, gentilmente, me cedeu o tempo para discutir a matéria. Eu nunca havia sido atacado dessa forma, mas não vou recuar, continuarei altivo, continuarei, em nome da porto-alegrense e do porto-alegrense, trazendo, nesta tribuna – que é lugar de coragem, não é lugar de covardia, nem de ataque pessoal –, a voz do povo sofrido da capital. E, sim, os municipais estão sendo vilipendiados pelo governo municipal que dá aumento para os empresários e vem aqui dizer que deu 4%, achando que isso é muito. O senhor, Ver. Janta, fez parte do governo Marchezan, fez parte dessa história de arrocho salarial, fez parte dessa história de retirada de direitos dos servidores públicos! O senhor é, sim, parecido com o Marchezan, o senhor é, sim, porque vem aqui dizer que, agora – como líder do governo Melo – o Melo está fazendo. Está fazendo muito pouco, poderia fazer, de fato, a diferença, mas o Melo está sendo a mesma continuidade do Marchezan, a mesma continuação do projeto político. Projeto que não dá certo, que nunca deu certo, nunca dará, e a gente sabe com quem lida. Eu não vim aqui para fazer amigos, eu vim aqui para fazer a política a favor do povo, e o senhor não conhece a minha história. Eu tenho um sobrinho autista. Então, antes de o senhor falar alguma coisa contra alguém,

saiba da história das pessoas e saiba que, desse tema – autismo -, eu sei, eu conheço e vou continuar utilizando esse conhecimento na tribuna e na luta social. Nós vamos continuar sempre em frente contra o rol taxativo, sim, apesar de muita gente que utiliza causas de forma errada. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Gostaria de informar que o art. 94, § 1º letra f, diz que (Lê.): “tempo especial de, no máximo, cinco minutos, para manifestação de vereador, quando atingido em sua honorabilidade ou em casos excepcionais de interesse da comunidade, a critério do Presidente ou do membro da Mesa que esteja presidindo os trabalhos”. Ver. Jonas, eu entendo que existem mecanismos mais adequados nesta Casa para o senhor resolver esse tipo de situação; por isso que não concedi esse tempo; então, o senhor faça uso desses mecanismos para resolver a situação. Obrigada.

Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 120/20. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 120/20 (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h57min: Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0953/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 399/21, de autoria da Ver^a Fernanda Barth e do Ver. Cassiá Carpes, que estabelece que as redes de infraestrutura de cabeamento para a transmissão de energia elétrica, de telefonia, de comunicação de dados via fibra óptica, de televisão a cabo e de outros cabeamentos deverão ser exclusivamente subterrâneas, revoga a Lei nº 10.337, de 28 de dezembro de 2007, e dá outras providências. **(SEI 212.00066/2021-92)**

PROC. Nº 0996/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 420/21, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui o evento Feira de Integração Artesanal (FIA) no Anexo I da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, em 1 (uma) semana de cada mês, e a institui como evento de natureza sociocultural e de turismo do Município de Porto Alegre. **(SEI 034.00430/2021-31)**

PROC. Nº 1209/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 537/21, de autoria da Ver^a Sâmila Monteiro, que institui a Política de Transparência nos Programas de Regularização Fundiária no Município de Porto Alegre. **(SEI 261.00001/2021-06)**

PROC. Nº 1274/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 566/21, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que declara de utilidade pública a Sociedade União da Vila dos Eucaliptos – SUVE. **(SEI 161.00194/2021-14)**

PROC. Nº 0084/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 043/22, de autoria do Ver. Mauro Zacher, que denomina Rua Geralsina Basler o logradouro conhecido como Acesso A – Vila Dona Teodora –, localizado no Bairro Humaitá. **(SEI 042.00010/2022-27)**

PROC. Nº 0243/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 124/22, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que denomina Rua Vila Nazaré o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Dois Mil Sessenta Nove, localizado no Bairro Mário Quintana. **(SEI 025.00031/2022-60)**

PROC. Nº 0248/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 126/22, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Rua Eva Rosa de Lima o logradouro público conhecido como Travessa G – Vila da Chácara do Banco –, localizado no Bairro Restinga. **(SEI 034.00155/2022-36)**

PROC. Nº 0250/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 128/22, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Travessa Valdir Martins o logradouro público não cadastrado conhecido como Trav. J – Vila da Chácara do Banco –, localizado no Bairro Restinga. **(SEI 034.00160/2022-49)**

PROC. Nº 1293/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 573/21, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que inclui a efeméride Mês de Conscientização sobre Comunicação Alternativa, no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de outubro, e dá outras providências. **(SEI 020.00046/2021-41)**

PROC. Nº 1327/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 595/21, de autoria dos Vers. José Freitas e Alvoní Medina, que inclui a efeméride Dia da Educadora da Escola Bíblica Infantil - EBI no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre – Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010, e alterações posteriores –, a ser comemorado no terceiro domingo do mês de outubro. **(SEI 034.00515/2021-19)**

PROC. Nº 1328/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 596/21, de autoria dos Vers. José Freitas e Alvoni Medina, que inclui a efeméride Dia do Obreiro da Universal no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre – Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010, e alterações posteriores –, a ser comemorado no segundo sábado do mês de novembro. (SEI 034.00514/2021-74)

PROC. Nº 0015/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 005/22, de autoria do Ver. Claudio Janta, que institui o Centro Municipal de Diagnóstico Médico do Transtorno do Espectro Autista. (SEI 024.00001/2022-54)

PROC. Nº 0142/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 070/22, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Mês da Conscientização sobre a Síndrome de Down – Março Azul e Amarelo – no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de março. (SEI 024.00019/2022-56)

PROC. Nº 0166/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 088/22, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre à senhora Cristiane Machado Pires Ramos. (SEI 020.00008/2022-70)

PROC. Nº 0203/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 104/22, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que estabelece o 30 de março como Dia Municipal de Conscientização da Pessoa com Transtorno Bipolar no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, bem com institui a Semana Municipal de Conscientização da Pessoa com Transtorno Bipolar. (SEI 036.00036/2022-81)

PROC. Nº 0244/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 010/22, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Sindicato Médico do Rio Grande do Sul – Projeto Trote Solidário. **Com Emenda nº 01, da Ver^a Cláudia Araújo.** (SEI 161.00044/2022-83)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde colegas vereadores, boa tarde público que nos assiste pela TV Câmara, gostaria de reforçar a importância desta tribuna, não apenas para debatermos leis, mas também para fiscalizarmos ações do Executivo no nosso Município. Como muitos sabem, meu principal tema, no mandato, é a educação e, principalmente, as nossas crianças; as crianças que não tem voz, que não tem voto, mas que devem ser prioridade nesse governo, nesta cidade. Gostaria de dizer que nós temos uma escola de ensino infantil,

uma EMEI, uma escola municipal, que está há mais de um mês e meio sem aulas, a qual deveria ter crianças de 0 a 6 anos tendo aulas, devido a um temporal que destelhou aquela escola. Um mês e meio sem aulas para 125 crianças no nosso Município, que já carece de 5.000 vagas, na rede infantil, também, para crianças de 0 a 6 anos. Reforço que trabalharmos a educação, na primeira infância, de 0 a 6 anos, é primordial, para a gente quebrar todos os mecanismos de desigualdade que nós temos, tão grande na nossa cidade. E, por isso, eu gostaria de deixar aqui o meu principal voto, qual seja, que o Município trabalhe, de forma imediata, no sentido reforçar sua ação na primeira infância, de 0 a 6 anos, para a qual nenhuma escola deva estar fechada, para a qual nenhuma mãe deve ficar sem vaga para crianças de 0 a 6 anos. E reforço também que fechamos o ano de 2021 com R\$ 176 milhões em caixa, no Município, só na educação. Então nós não podemos usar como desculpa a falta de dinheiro; o que falta é gestão. E reforço, ainda, que nós não podemos mensurar uma gestão pela sua boa vontade ou pelo que ela acredita que pode fazer, e sim sobre o que ela traz de execução. Nós, vereadores, além de debatermos leis, devemos fiscalizar o Município. Espero que o prefeito Sebastião Melo, que a secretária de Educação, que parecem muitos comovidos com a pauta da educação, consigam tirar do papel o quanto antes a importância da educação infantil na nossa cidade. Muito obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão; está em Pauta um projeto da Ver.^a Fernanda e do Ver. Cassiá – confesso que desse tipo de projeto eu gostaria de também ter sido autor, parabeno pela iniciativa – sobre a questão das fiações em Porto Alegre, sejam de telefonia ou de energia elétrica. A gente sabe que acontece muito acidente, não só aqui como em outras cidades. Nós temos passado, e ninguém é dono dos postes, ninguém é dono da fiação. Tu reclamas para as telefonias, elas não se responsabilizam; tu reclamas para a Equatorial, não se responsabiliza; reclamas para a Prefeitura, não resolve; ninguém é dono de nada, e a população continua com aquelas fiações derramadas na rua causando acidentes. Eu mesmo já vi um veículo arrebentando fiação lá perto da nossa casa. A gente precisa também, dentro desse projeto, não pensar só na solução, mas em quem vai pagar. Aí fica o meu questionamento. No projeto, está previsto que as empresas terão tempo para recompor as suas estruturas, enterrar essa fiação, e que quem vai pagar são as empresas. Mas aí vem a questão: isso vai arrebentar no consumidor, vai arrebentar porque os megaempresários não querem absorver prejuízos – não querem! Então isso vai aumentar, como recentemente aumentaram a conta de luz, como quando aumenta o diesel, aumenta a gasolina e já aumenta tudo no supermercado porque os produtos são transportados e aumentou o custo. Então, a gente vai mudar o sistema? Não podemos nos enganar, quem vai pagar é o cidadão e a cidadã de novo. Ou esteja previsto aqui de

fato que o ente federado vai arcar ou no final vai voltar isso, vai ter repercussão no bolso. A medida não é ruim, a medida é boa, reitero, a proposta é boa, mas, para que de fato o cidadão de Porto Alegre não pague por essa mudança, que na minha opinião tem que ocorrer, tem que estar previsto na lei um aporte recursal, ou então a gente tem que construir um debate com o Congresso Federal, com a Assembleia Legislativa, para que o Brasil mude a sua forma de transmissão de energia, de transmissão de dados de telefonia, de internet. Agora, a gente não pode, não tem o direito em Porto Alegre de aumentar mais o custo de vida, embora possa ser positivo. Ou então pensar numa discussão com o setor empresarial da capital, que ele absorva. Não sei a solução, mas a solução, como está aqui, não está redonda, não está adequada, e ela tem uma abertura para a gente pagar mais caro por esses serviços em Porto Alegre. Então eu quero fazer esse destaque, com muita tranquilidade, reiterando que é uma medida boa, outros países já fizeram, mas se vai sair do bolso das pessoas, não tem condição de a gente, nesse momento, abraçar. Eu queria solicitar aos proponentes que pudessem absorver essas ideias, podemos discutir emendas, mas que ficasse bem frisado, na forma de artigo, que de forma alguma o cidadão usuário do serviço de energia, telefonia ou transmissão de dados vai pagar a repercussão da mudança do sistema aéreo para o sistema subterrâneo. Obrigado, um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-la, Ver.^a Mônica Leal, comandando os trabalhos. Acho que o tema é bom, o que Ver. Jonas Reis traz aqui, só que eu gostaria de, inicialmente, dizer para o Ver. Jonas Reis que quem estabelece a tarifa de energia é a Anatel. Portanto, ninguém vai, por causa de um projeto, começar a taxar mais as pessoas. Este projeto está entrando, está em 1ª Sessão de Pauta, nós todos aqui vamos trazer ideias. Se o amigo tiver alguma ideia, colocar alguma emenda, vamos discutir, mas nós temos que avançar nessa questão. É uma questão que traz muitos transtornos para nós, é uma cidade que tem muita árvore, isso é bom por um lado, mas, por outro lado, traz transtorno quando vêm os vendavais, cai as redes, o prejuízo é enorme – temos, agora, a questão dos roubos. Tudo isso que é aéreo está nos trazendo problemas. Nós temos, há muito tempo, em Porto Alegre, no Centro da cidade a questão dos fios terrestres. No Centro da cidade já é assim, a gente não se dava conta, mas em alguns locais no Centro Histórico que, há muito tempo, são assim e que não tem problema. Não afeta as pessoas, não afeta nada. Então, está na Pauta para discutirmos, eu e a Ver.^a Fernanda Barth fizemos este projeto, inclusive tem gente no interior copiando ou estabelecendo, embora cada cidade é um caso. Às vezes, numa cidade do interior que não tem muitas árvores, por cima até ele se contempla, não tem muito problema, não tem por que mudar. Nós vivemos numa capital, quem sabe, a mais arborizada o País que cria esses problemas, de nós ficarmos sem luz, de nós ficarmos

sem água em consequência da falta de luz. Na realidade é um projeto novo e que as empresas têm que arcar, tem que arcar, sim. Não podemos ter estes postes cheio de fios de tudo que é empresa, ninguém assumir, e a Prefeitura libera. Não, pera aí, vamos começar; para isso nós vamos estabelecer, no projeto está estabelecido 15 anos, pode ser 20, pode ser 25, mas eu acho que está na hora, Ver. Matheus Gomes, de nós começarmos essa etapa. As empresas têm que arcar, não tem dúvida. Não pode todo mundo pegar fios e postes e fazer esse cruzamento terrível na cidade que, quando tem um problema, atinge todas as empresas. Então, nós temos que começar esse trabalho e é esse objetivo deste projeto, por isso que ele está em Pauta, para que ali possa ser acrescentado ideias. Já conversamos com a SMAM, ela se propõe a fazer um debate com essas empresas, para nós vermos um caminho e em quanto tempo vamos começar a criar prioridades em algumas regiões da cidade, tipo plano piloto, e começar a avançar pela cidade afora, buscando essa nova alternativa que é a questão terrestre, mas é apenas uma discussão; por isso que estou levantando; nos ajudem, vamos todos fazer junto um projeto enxuto, muito bom, para que tenhamos uma cidade mais moderna e defensora do lado bom; tu não prejudicas a questão ambiental, já falado anteriormente, temos uma cidade muito arborizada, o que é muito bom, é o pulmão da cidade que temos aí, mas não podemos também ser refém de uma questão. As empresas têm essa permissão, elas têm que fazer, elas têm que começar a se adaptar a uma nova realidade que já está acontecendo em todo o País. Mais uma vez levanto essa questão. O projeto está aí para ser estudado por nós, para criarmos alternativas, colocar emendas para corrigir e aperfeiçoar para que nós possamos pensar no futuro. Um abraço a todos, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores, venho falar de dois projetos de minha autoria, um deles inclui a efeméride Mês da Conscientização sobre a Síndrome de Down – Março Azul e Amarelo – no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre. Nós precisamos nos conscientizar das necessidades que tem uma criança, um adolescente, um autista com síndrome de Down, as necessidades que precisa de tratamentos médicos, tratamentos especiais, inclusive na questão de fisioterapia para começar a se movimentar, começar a andar, as dificuldades respiratórias e cardíacas que têm quem tem síndrome de Down; então, a ideia é ter um Mês Azul e Amarelo para que possa haver essas discussões nos órgãos públicos, nas praças, nas instituições, em todos os lugares para se criar na nossa cidade uma conscientização da criança, do adolescente e do autista com síndrome de Down.

Outro projeto de nossa autoria, que institui, na cidade de Porto Alegre, o Centro de Diagnóstico do Autismo. Hoje, mães, pais e famílias sofrem muito na questão do autista, porque uma mãe que vai procurar o tratamento do seu filho só vai conseguir

ter esse tratamento do filho com especialidade em autismo, com especialistas que possam dar a essa criança o que um pai e uma mãe procuram desde que começa a ver, a notar que seu filho é diferente, no caminhar, no olhar, ao se comunicar, e começa a buscar ajuda, porque quanto mais cedo nós tivermos o diagnóstico de autismo, mais cedo começará os tratamentos e essa criança poderá adquirir o que um pai, uma mãe com filho autista busca: autonomia. Uma simples autonomia de abrir uma geladeira; uma simples autonomia de tomar um banho; uma simples autonomia de ir ao banheiro; e principalmente as crianças terem a simples autonomia de poder brincar, a simples autonomia de poder estar numa praça, num parque, convivendo com os iguais e ser um igual, é isso que um pai e uma mãe busca quando tem o diagnóstico de um filho autista. Que esse filho possa ir para uma escola realmente inclusiva, que esse filho possa chegar a uma faculdade, quanto mais cedo, mais precoce, pode-se dizer assim, iniciar esse tratamento com fonoaudióloga, com terapias, mais cedo essa criança poderá ser integrada, poderá ter essa autonomia; um pai e uma mãe não viver com a dúvida, com a tristeza que tem todos: “se eu partir, quem irá cuidar do meu filho”. É isso que um pai e uma mãe de um filho autista se pergunta diariamente, assim como um pai e uma mãe que tem um filho com síndrome de Down, que acha bem mais rápido a sua autonomia, mas sempre através de terapias, de acompanhamento. Então, nós propusemos a criação do Centro de Diagnóstico do Autismo, na cidade de Porto Alegre, porque é algo que não é visível, algo que a gente olha para o rosto daquela criança linda, bela, maravilhosa, perfeita, e lá dentro do seu cérebro tem a diferença. Todos procuram incansavelmente, a medicina vem procurando, os neurologistas, a neurociência, todo o mundo vem procurando a causa do autismo. Não é achômetro, não é nada, se procura a causa. Por que uma mãe tem filhos gêmeos, um sendo autista e o outro não? Por que uma mãe tem cinco, seis, sete, oito filhos – um é autista e os outros não? E por aí vai. Então, é isso o que nós queremos na cidade de Porto Alegre, uma política pública para os autistas, uma política pública para termos um centro de diagnóstico onde um neurologista e uma fonoaudióloga poderão dar esse diagnóstico que um pai e uma mãe precisam. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Pergunto se mais algum vereador deseja discutir a Pauta. (Pausa.) Não havendo mais inscritos, declaro encerrado o período de Pauta.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h16min.)

* * * * *